

OS PRINCÍPIOS ÉTICOS SÃO MOTES COMPORTAMENTAIS PARA O MERCADO? ALGUMAS PROPOSIÇÕES A PARTIR DE AMARTYA SEN¹

Paulo Roberto Carvalho Vasquez²

Resumo: *O escopo deste trabalho consiste em demonstrar a compreensão normativa da ética na reflexão de Sen. De que modo o comportamento social recebe as inflexões do mercado? Quais as consequências desse elemento para a ordem ética? O ponto de partida para analisar o problema é a questão do bem como emprestada por Sen, em sua remissão à Aristóteles, compreendida como o lastro que compõe a problemática da ética. No transporte conceitual de bem que Sen efetiva do aristotelismo, para o ambiente mercadológico, constata que houve uma conversão desse conceito antigo para a noção moderno-mercadológica de bem-estar, em cujo movimento o conceito de bem é reduzido a um elemento de satisfação individual. Contudo, a tarefa aqui proposta é a de justamente colocar em relevo esse conceito da antiguidade, através das provocações de Amartya Sen.*

Palavras-chave: Sociedade, Ética, Bem, Amartya Sen, Mercado.

Mediante a reflexão do Sen, faz-se necessário demonstrar o quanto a idéia de esteve presente na economia e o quanto a economia foi, por muito tempo, considerada, de certa forma, uma ramificação da ética. Até mesmo o “pai da economia moderna”, Adam Smith, foi professor de filosofia moral da Universidade de Glasgow.

A ciência que consiste em tratar desse modo as regras da moralidade chama-se, com propriedade, Ética – ciência que, embora como crítica, não permita a mais estrita precisão. É, contudo, bastante útil e agradável. Dentre todas as outras ciências, é a mais suscetível dos embelezamentos da eloquência, e por meio destes, de conferir, se isso é possível, uma nova importância às menores regras do dever. Assim revestidos e adornados, seus preceitos são capazes de produzir sobre a flexibilidade da juventude as mais nobres e duradouras impressões, e na medida em que coincidem com a magnanimidade natural dessa generosa idade, são capazes, ao menos em um período, de inspirar as mais heróicas resoluções, tendendo, pois, a estabelecer e confirmar os melhores e mais úteis hábitos de que é suscetível o espírito humano (SMITH, 2002, p. 411, 412).

Fazendo uma releitura inusitada dos cânones do Liberalismo, Amartya Sen quer nos mostrar como o comportamento motivado pelo usufruto dos bens e serviços que garantem o nosso conforto, caracterizado por Smith, foi mal interpretado no tocante à maneira pela qual poderia ser utilizado para promover o bem coletivo. Para Smith, o auto-interesse seria útil como alternativa fomentadora do processo produtivo e das relações de mercado, pois a divisão do trabalho funcionaria de forma eficiente para promover a produção e a riqueza observada pelo mesmo, como uma alternativa à acumulação de capital. “A defesa do comportamento auto-interessado aparece em contextos específicos relacionadas a várias barreiras burocráticas e outras restrições e transações econômicas que dificultavam o comércio e atrapalhavam a produção” (SEN, 1999, p. 41).

¹ Monografia resultante da pesquisa em Iniciação Científica, ano 2005, sob orientação do professor Dr. José Menezes (josemenezes@frb.br).

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador - UCSal.

Assim sendo, supunha Smith que, dessa maneira, um estado poderia alcançar um determinado patamar de riqueza, mediante a utilização do novo processo produtivo, a partir da divisão do trabalho. Ela serviria como uma ferramenta fundamental para geração e acumulação de riqueza, e não para atestar que o egoísmo ou amor-próprio, contido nesse novo processo, seria o único fator desencadeador de tal acumulação, necessária ao momento vivido por Smith.

O princípio smithiano, da divisão do trabalho, interpretado por Sen, ao final do processo, deveria promover o bem coletivo, produzido pelas diversas especialidades separadamente organizadas.

O resgate proposto por Sen, de que o amor-próprio não é único fator motivador das escolhas feitas pelo homem, além do acréscimo de que este não possui como objetivo apenas e exclusivamente o seu bem-estar, tem a sua real importância quando se estabelece uma relação entre a ética e o comportamento social contemporâneo, no que tange às relações de mercado. Em sua abordagem, Sen evidencia que a riqueza produzida e entendida como bem não é realmente aquilo que buscamos:

O estudo da economia, embora relacionado imediatamente com a busca da riqueza, em um nível mais profundo, está ligado a outros estudos, abrangendo a avaliação e a intensificação de objetivos mais básicos (SEN, 1999, p. 19).

Poderíamos, de um golpe, recorrer logo às fontes de Sen, para efetivar o trabalho de demonstração daquilo que efetivamente buscamos, quando, inclusive, produzimos riqueza:

Quanto à vida dedicada a ganhar dinheiro, é uma vida forçada, e a riqueza não é, obviamente, o bem que estamos procurando: trata-se de uma coisa útil, nada mais, e desejada no interesse de outra coisa (ARISTÓTELES, 2005, p. 22).

Amartya Sen sugere que o bem norteado pela ética, quando incorporado pela economia, se tornou um elo perdido em seu sentido originário, formatado na antiguidade. Uma má interpretação foi feita pelos autores que se prenderam esgotar a problemática smithiana apenas um único trecho de *A Riqueza das Nações*, transcrito à exaustão pelos smithianos, cuja reprodução efetivamos abaixo:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses (Smith, 2003, p. 19).

Os comentadores de Smith fizeram proposições interpretativas que ficaram consideravelmente distantes do real significado atribuído pelo autor a este ponto específico. Seguramente, o próprio Smith não alicerçava o desenvolvimento da economia em apenas uma motivação única do comportamento humano. E o que eles fizeram? A partir desse fragmento, e operacionalizando um isolamento que o descontextualizava de um enredo reflexivo, bem mais complexo, assegurando, como porta-vozes de Smith, que o ser humano age, do ponto de vista econômico, apenas referendado no auto-interesse, ou, como aqui se prefere, no egoísmo. Em termos mais simples: o substrato que sustém o homem, ao fazer riqueza, é o seu egoísmo.

Para demonstrar as limitações dessa interpretação vicejante nos leitores especializados, que se pretende mais smithiana que o próprio Smith, considera o enunciado do autor do Liberalismo, ao definir a economia como uma ramificação da ética, exatamente por observar o modo pelo qual o homem faz o discernimento acerca de suas ações, em virtude da sua conduta. Primeiramente, pela multiplicidade das ações do homem, há que se pensar numa variedade de

motivações que o mobiliza no seu agir. A ação econômica, complexa como é, certamente não teria como fundamento um único sentimento.

Por mais egoísta que se supunha o homem, evidentemente, há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso o prazer de assistir a ela (SMITH, 2002, p. 5).

Verifica-se, assim, que se impõe na letra smithiana uma exigência para pensar o bem no seio da economia a considerar como um elemento relevante e inerente ao agente econômico, o despertar de um sentimento ético ao agir para produzir riqueza. O próprio Smith já percebia que a condição egoísta não seria o cerne de todas as posições do *homo economicus*, como se confere a seguir:

Na corrida pela riqueza, honra e privilégio poderá correr mais o que puder, tencionando cada nervo e cada músculo, superar todos os seus competidores. Mas se empurra ou derruba cada um destes, a tolerância dos espectadores acaba de todo. É uma violação a equidade, que não podem aceitar. Para eles, em todos os aspectos, esse homem é tão bom quanto o concorrente: não partilharão desse amor próprio, por meio do qual prefere tanto mais a si que ao outro e não podem aceder ao motivo pelo qual prejudicou a esse outro. Prontamente, por conseguinte, simpatizarão com o natural ressentimento do ofendido, e o ofensor torna-se o objeto do seu ódio e indignação. Este sabe disso, e sente que todos os sentimentos estão prestes a explodir de todos os lados contra ele (SMITH, 2002, p. 104).

Assim, completa-se o silogismo de que a produção e a riqueza são ferramentas que propiciam o alcance de um bem maior. Nesse sentido, são instrumentos que promovem a busca de um fim último, que não está encerrado ou se esgota no bem-estar ou nos bens materiais.

Nota-se que é a idéia de bem e não de bem-estar que teria, em sentido amplo, a justificativa de todas as ações humanas. E isso não só na economia, mas também nas demais ciências e artes. E é justamente este caráter reducionista do bem, presente na economia contemporânea, o mote da reflexão de Sen, que recortará, com bastante precisão, a transformação de bem em bem-estar nos discursos hodiernos da economia.

Aristóteles considerava que todas as ciências e artes tinham como propósito produzir o bem dentro de suas especificidades. Trata-se, então, de aqui elucidar como a economia, ao longo do seu processo histórico, se tornou uma ciência fragmentada sobre a ótica do bem, perdendo o seu real sentido social, ou seja, o bem maior que seria objetivado por toda coletividade.

Partindo-se do pressuposto aristotélico, bem é o resultado do princípio das ações, pois toda ação tende a bem, como promove um bem. Sendo que esse bem pode ser o fim alcançado por uma ação produzida ou até mesmo a própria ação.

O discurso proposto por Aristóteles nos fornece literalmente o que vem a ser o bem, e de que maneira este é incorporado pelas sociedades mediante o uso das ciências. Assim diz o autor suporte da antiguidade:

Mas como muitas das ações, artes e ciências, muitas também são suas finalidades. O fim da medicina é a saúde, o da construção naval é o navio, o da estratégia militar é a vitória, e o da economia é a riqueza (ARISTÓTELES, 2003, p.23).

O que se constata na leitura desse princípio aristotélico é que há uma ratificação de que as ações do homem não possuem uma única motivação. Nesse caso, a conduta humana não está centrada no interesse egoísta do indivíduo, no auto-interesse. Para Aristóteles, é co-natural ao homem o impulso para a ação. Esse impulso projeta o sujeito em sua inteireza para um bem. Seria falacioso, então, dizer que o homem age exclusivamente quando motivado por um bem-estar. O bem-estar é decorrente de todo o processo e não está no princípio do mesmo. No princípio do agir humano reside esta mola propulsora que é o apreço que o homem tem naturalmente pelo bem: *“O bem, portanto, não é uma espécie de elemento comum que corresponda a uma idéia única”* (ARISTÓTELES, 2003, p. 24).

O autor pretende colocar em relevo que, de fato, ao buscarmos sempre a perfeição nas nossas ações, procuramos atingir de forma para o que tendemos. Todavia, esse raciocínio parece contrapor com o procedimento adotado pelas ciências, uma vez que, embora tenha como objetivo algum bem, deixa de lado o conhecimento da idéia mais absoluta de bem, fazendo-nos aceitar que o bem que buscamos resume-se à “bem-estar”. Algumas descrições têm proposto o bem como algo exterior ao comportamento humano; outras posições interpretam o bem em Aristóteles como relativo a atividades psíquicas.

Ora, o que especifica o homem é a busca da felicidade, algo que ultrapassa a sensação de bem-estar, advinda da satisfação de uma necessidade imperativa à sub-existência. E o que significa essa ultrapassagem? Ela não reside exclusivamente no usufruto do bem material. Positivamente falando, esse usufruto é uma das expressões possíveis da felicidade, mas nem de longe a mais significativa tradução do substantivo. Em termos simples: não é porque desapareceu a fome com a saciedade que eu me torno feliz. Experimento o conforto da saciedade, que me permite vôos rasantes na direção de conquistas mais elevadas. Quem bem capturou esse elemento foram os Titãs: *“A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão, balé; a gente não quer só comida, a gente quer comida e felicidade...”*.

Dessa forma, o bem é proposto em Aristóteles como o fim das ações, pois é para o fim que as coisas tendem. Para ele, o bem-estar não esgota o sentido pleno do significado do bem, já que o bem, por própria definição, sugere algo muito maior do que a sensação de uma carência sanada que traria como consequência a sensação de conforto.

A partir dessa significação proposta por Aristóteles, Sen problematiza que a redução operada sobre o conceito de bem para bem-estar se resume na conquista de um suposto equilíbrio social, atingido quando o indivíduo maximizasse a sua satisfação pessoal. Assim sendo, Sen sugere que o discurso fatídico até então compatível com o pensamento dos smithianos opera em uma inversão lógica: o conceito de bem fica submetido à satisfação das necessidades do indivíduo. O que na competência distintiva de Aristóteles receberia a seguinte versão: *Para quem está doente o bem é a dádiva da saúde; para quem é pobre é a riqueza*. (ARISTÓTELES, 2003, p. 20).

Dessa maneira, entendemos que o princípio aristotélico do bem superaria a concepção de equilíbrio no sistema econômico de mercado, como o índice mais expressivo do bem. Certamente as questões sociais são norteadas por este princípio, mas atualmente o que encontramos na economia de mercado não se equivale à definição.

Mais uma vez: as ações tendem ao bem, e este bem tem que visar, com o auxílio da ciência mais nobre, o bem coletivo. Maior que a satisfação individual das carências e maior de que a conquista material de recursos para sanar o desconforto. Dessa leitura, inferimos que o resgate de significações, já postas à nossa disposição pela antigüidade, em muito nos auxiliariam na atualização de princípios para pensarmos as questões relativas à equanimidade na distribuição dos bens produzidos pelos agentes econômicos de uma determinada sociedade.

O que pretende Sen nesta recuperação de um sentido arcaico do bem? Afirmar que Smith não tinha a pretensão de correlacionar a noção de amor-próprio ao bem. Com isso, mostrar que existe, nos dias atuais, no mundo das relações mercadológicas, uma aplicação perversa dessa interpretação reducionista é absolutamente necessário para retomar os princípios basilares da

economia. A economia tem um suporte ético, nos diz Sen. E isso se sustenta já na obra de Smith. O *homo economicus capax bonum est*, isto é, o agente econômico é capaz do bem, no sentido estrito do termo. O que isso implica? Em pensar na substituição de uma dicotomia imperante no sistema de mercado entre a satisfação pessoal e a busca do bem, que se traduz em bem coletivo. Não há contradição, do ponto de vista ético. Mas, exigência formal e material. Quer dizer, se economia é definida como a ordem da casa, do lar, a comunidade na qual cada sujeito habita deve receber os investimentos que promovem o bem de todos e de cada um.

Mas, de que forma podemos demonstrar esta interpretação smithiana, feita por Sen recorrendo a Aristóteles? Para se entender a ligação que existe, é interessante que se faça um resgate do que já foi dito sobre o bem aristotélico, pois o ponto de partida é justamente este entendimento.

É necessário que se entenda que a motivação do indivíduo – interpretada de maneira restrita como individualismo, comportamento primário de todo sujeito humano, não seja compreendida como algo único que rege as múltiplas escolhas que ele é competente para realizar, em virtude de um sentimento exclusivamente egoísta. O homem possui, em sua forma de agir e de pensar, uma pleora de motivações, graças à complexidade de sua subjetividade. Isto porque, segundo o próprio Aristóteles, o homem não baseia os seus estímulos em motores fisiológicos e psicológicos apenas. Afinal, ele o define como um *Zoon Politikon*. Significado: o homem é um animal político. Quer dizer, detém no seu ser todas as exigências biológicas com as quais a natureza lhe presenteou, como a todos os animais. Mas não somente: ele é o único capaz de domínio dessa realidade básica. É o único capaz de acordos para resolver os desafios. É o único ser da natureza que precisa inventar um modo de viver em sociedade.

Segundo Sen, o reducionismo deflagrado sobre a noção de bem corroborou para que a sociedade se tornasse muito mais individualista sobre as relações de mercado. Não estamos aqui afirmando que a engenharia econômica (nova forma de pensar a economia no mundo), co-responsável por esse reducionismo, prejudicou a economia. Pelo contrário. São diversos os avanços que proporcionaram ao homem melhorar certos moldes produtivos do processo econômico-industrial e econômico-financeiro. Contudo, o aspecto ético necessário a este processo foi debilitado. Ou seja, a quantificação da riqueza se auto-justifica sem que a questão do sentido de riqueza seja posto. E isso, de fato, é uma preocupação relevante no pensamento de Adam Smith.

Eu diria que a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética. Procurei analisar a natureza dessa perda e evitar equívocos... (SEN, 1999, p. 23).

O conceito de bem utilizado pelo mercado equivale a bem-estar. Essa compacta compreensão fez com que Amartya Sen abordasse quais os caminhos percorridos para se chegar a esse novo ponto de vista diminuto. Mediante as suas reflexões, podemos notar que certas questões éticas que norteiam o direcionamento de algumas decisões, ações e comportamentos humanos, perpassam por julgamentos éticos, mesmo que algumas vezes não seja percebido pelos agentes econômicos:

Pode-se dizer que a importância da abordagem ética diminuiu substancialmente com a evolução da economia moderna. A metodologia chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa, como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas

que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos (SEN, 1999, p. 23).

Qual o sentido disso? Certamente, Sen contradiz a lógica dos smithianos que afirmam, categoricamente, que o homem tende a ser motivado unicamente pelo amor-próprio, porém esquecem que o egocentrismo poderá ser um instrumento muito importante para o processo, como ratifica Sen, baseado na questão aristotélica de que esse sentimento só seria um meio necessário para a finalidade de algo muito maior: a felicidade. Ou seja, o que é originário, o que é a força motriz do comportamento humano, em Aristóteles, recebe o nome de tendência ao bem, que, necessariamente, é coletivo.

O que se depreende do texto de Sen é que Aristóteles foi o primeiro filósofo a distinguir ética e política. A primeira seria centrada na ação voluntária do indivíduo, ou seja, poder-se-ia dizer que a ética é o princípio das ações, enquanto a segunda seria as vinculações desta com a sociedade.

Segundo Aristóteles, de certo modo, todas as relações humanas poderiam ser consideradas políticas, pois, para ele, a formação das cidades pelo indivíduo viria até mesmo antes da família e até mesmo do próprio indivíduo. Afinal, o homem é um ser dotado de “logos” e a comunicação aproximaria os homens de forma natural.

Dentre todas as ciências estudadas e compreendidas pelo homem, a política seria a ciência responsável por um bem maior, já que nela estaria vinculada toda a ação do indivíduo, mesmo que a priori esta ação não visasse o coletivo. Dessa forma, ela é considerada por Aristóteles como arte mestra, pois é ela que dirá quando, como e de qual maneira os feitos de cada arte e ciência poderão ser aplicados para prover o bem da sociedade e de cada um dos indivíduos. O bem se alcança quando o indivíduo participa efetivamente do coletivo: *O bem é o objetivo da ciência de maior prestígio dentre as demais ciências, e esta é a ciência política* (ARISTÓTELES, 2003, p. 18).

Aristóteles pressupõe que a política tem, por força moral, que expressar o que de fato ela representa: *Segundo a doutrina do direito, moral significa a ciência do justo e do injusto, do equânime e do iníquo...* (ABBAGNANO, 2005). Política denota a ciência que cabe julgar de que maneira todos os bens produzidos pelas demais ciências e artes poderão propiciar à sociedade o bem, considerando o conjunto dos bens produzidos. O que implica em se pensar: 1) que o homem seja capaz de alteridade; 2) que o homem se percebe como sócio de um empreendimento coletivo. Em outras palavras, que o sujeito econômico seja detentor de um sentimento positivo para com o outro, e que seja competente para desencadear uma decisão distributiva:

“A finalidade dessa ciência deve necessariamente abranger a finalidade das outras, de maneira que essa finalidade é o bem humano. Ainda que esse fim seja preservar; e embora seja desejável atingir esse fim para um indivíduo só, é mais nobre e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-estados. ...” (ARISTÓTELES, 2003, p. 18).

Para Sen, a acepção do termo “política” vai muito além dos fatos políticos, e é justamente neste ponto que se fará o resgate do bem, no tocante à economia política. Jamais a economia poderá ser divorciada da política. Sen indica que essa percepção os antigos já possuíam: *A economia, em última análise, relaciona-se ao estudo da ética e da política, e esse ponto de vista é elaborado na política de Aristóteles* (SEN, 1999, p. 23).

No contexto da economia moderna, afirma Sen, a realização da eficiência econômica se torna mais completa quando abrange avaliações de cunho ético. Por que poderíamos considerar esta afirmação plausível? Quais os argumentos utilizados por Sen para fazer de suas suspeitas questões relevantes a serem exploradas?

Devemos examinar, inicialmente, o auto-interesse e o comportamento racional. Será que a idéia de racionalidade atesta que as pessoas, de fato, se comportam de modo exclusivamente auto-interessadas? Se sim, será que elas alcançariam com êxito algum tipo de eficiência? Mas o que vem a ser, de fato, a racionalidade?

Segundo Sen, a racionalidade se fundamenta no requisito de uma correspondência *externa*, entre as escolhas que uma pessoa faz e o seu auto-interesse. Em termos históricos, a interpretação de racionalidade como auto-interesse é muito antiga na economia, e há vários séculos vem sendo sedimentada como uma das principais características da teorização econômica predominante.

O problema dessa abordagem é entender por que deveria ser unicamente racional empenhar-se pelo auto-interesse, excluindo todo o resto? A visão de racionalidade como auto-interesse implica em uma rejeição da motivação relacionada à ética. Assim coloca Sen:

Evidentemente não pode ser de todo absurdo afirmar que a maximização do auto-interesse não é irracional, pelo menos não necessariamente, mas asseverar que tudo que não for maximização do auto-interesse tem de ser irracional parece absolutamente insólito (SEN, 1999, p.31).

Sen entende que o conceito de racionalidade não deve ser percebido como algo “intermediário” ao fim daquilo que se deseja alcançar, mas sim o princípio, já que se parte do pressuposto de que o comportamento *real* tem de ser maximizador do auto-interesse. Entretanto, o que vem a ser a racionalidade aqui discutida? Economicamente falando, diríamos que é tornar as operações e processos econômicos mais eficientes por métodos científicos, ou melhor, entender que o amor-próprio é utilizado como um estímulo para obtenção daquilo que se quer. Ele também evidencia que o procedimento descrito pelos economistas smithianos, que igualam maximização do auto-interesse à racionalidade, resultando disso o que identificam ser o comportamento real do sujeito humano, ao produzir riqueza, parece ser totalmente contraproducente. Se a intenção final é apresentar uma argumentação aceitável para a suposição do auto-interesse como o motor exclusivo a estimular o comportamento real na economia, perde-se bastante, porque aceitamos que essa seja uma dimensão do sujeito humano, mas não a exclusiva constituinte de sua subjetividade. É importante então salientar uma das bases utilizadas por Smith, a qual ratifica o sentido não totalmente baseado no auto-interesse para definir o que seja o homem. Mais uma vez: o homem é capaz de ações éticas, solidárias, voltadas para os outros.

Sen propõe uma hipótese bastante perspicaz que sugere o argumento smithiano dos “*sentimentos morais*”, fundamento do comportamento humano, está enraizado na concepção estoica. Smith salientaria:

...o homem, segundo os estoicos, deve considerar-se não separado e desvinculado, mas um cidadão do mundo, um membro da vasta comunidade e natureza, e no interesse dessa grande comunidade, ele deve em todos os momentos estar disposto ao sacrifício de seu mesquinho auto-interesse” (Apud SEN, 1999, p. 38).

Todavia, o que vem a ser, de fato, o estoicismo e quais as suas concepções? Segundo Nicola Abbagnano,

O estoicismo é uma das grandes escolas filosóficas do período helenista, fundado em 300 a.C., por Zenão de Cício, que tem como princípio básico a afirmação primeira da questão moral sobre as teorias e o conceito da filosofia como vida contemplativa (ABBAGNANO, 2005).

Um dos principais mestres dessa escola foi Zenão, além de Cleante de Axo e Crisipo de Soles. Na mesma época, se desenvolvem as escolas nomeadas de epicurismo e ceticismo. Os fundamentos do ensinamento estoico podem ser resumidos da seguinte forma:

1. Divisão da filosofia em três partes: lógica, física e ética.
2. Concepção da lógica como dialética, ou seja, como ciência de raciocínios hipotéticos, cuja premissa se expressa em um estado de fato, imediatamente percebido.
3. *Cosmopolitismo*, ou seja, doutrina em que o homem não é cidadão de um país, mas do mundo.

Ao lado do aristotelismo, o estoicismo foi a doutrina que mais influência exerceu na história do pensamento ocidental e muito dos fundamentos enunciados integram doutrinas modernas e contemporâneas.

Se a priori o homem visa maximizar o seu auto-interesse, de forma racional, todos os resultados da ação do homem, assim esperados, se concretizariam como gestos egoístas, auto-referenciados. Já que, ao agir de forma “racional”, o seu comportamento o levaria, de forma concreta e rápida, ao fim proposto.

Na realidade, não é o que acontece. Muitas vezes, para se conseguir realizar um objetivo de ordem individual, constata-se no sujeito humano, tendências ao comportamento de interesse coletivo. Pois, não é incomum notar que os homens quando querem um benefício individual não compartilham conjuntamente de anseios semelhantes em busca do bem comum.

A problematização de racionalidade, vinculada ao auto-interesse, implica em uma decidida rejeição da concepção da motivação “relacionada à ética”. Tentar fazer o possível para se obter aquilo que se deseja pode ser parte da racionalidade. E isso pode incluir o empenho desvinculado do auto-interesse, que podemos valorizar e/ou promover. Nas palavras de Sen:

As ações baseadas na lealdade do grupo podem implicar, em alguns aspectos, um sacrifício de interesse puramente pessoal, assim como pode também facilitar, em outros aspectos, maior realização do auto-interesse (SEN, 1999, p. 36).

De fato, é admissível a idéia de que as pessoas sempre tentam maximizar o seu auto-interesse. Porém, afirmar que o egoísmo universal é patentemente requisito de racionalidade, parece ser, de acordo com a argumentação de Sen, um esforço tendencioso ao reducionismo. Dessa maneira, não há garantias de que a teoria do auto-interesse seria supostamente a “vencedora”, pois não existe, neste sentido, nenhuma argumentação sustentável que se construísse sobre a idéia de que o amor-próprio fosse a razão-de-ser de todas as ações humanas.

A problemática dessa questão é que, de acordo com Sen, poucos testes empíricos foram realizados nesse sentido, para que houvesse, de fato, uma comprovação exequível de que as pessoas tomam decisões realmente baseadas exclusivamente no auto-interesse, no tocante à economia.

Segundo a teoria econômica vigente, o sucesso de economias de livre mercado na obtenção de eficiência também tem sido citado como prova da teoria do auto-interesse. Todavia, evidencia Sen, *que o êxito de um mercado livre nada nos diz sobre que motivação está por trás da ação dos agentes econômicos em uma economia desse tipo* (SEN, 1999, p.34).

No entanto, é patente a Sen que testes realizados como provas do afastamento do auto-interessado, em prol de realizações que beneficiassem o coletivo, desempenharam um papel importante no êxito da indústria, ou seja, que o benefício feito em favor da sociedade é auferido de forma mais eficiente e eficaz, quando confrontamos o desenvolvimento obtido pelas nações

asiáticas, mais precisamente o Japão³, onde se verifica a capacidade dos agentes econômicos acionarem o seu agir, a partir do altruísmo:

De fato, no caso japonês, existem eloqüentes provas empíricas de que afastamentos sistemáticos do comportamento auto-interessado em direção ao dever, a lealdade e a boa vontade têm desempenhado um papel importante no êxito da indústria (SEN, 1999, p. 34).

Para Sen, a mistura do comportamento egoísta ao altruísta é uma das características importantes da lealdade do grupo, e essa mistura pode ser observada em uma grande parte de associações de grupo, de relações de parentesco, de comunidade, de sindicatos e de grupos que se aliam para enfrentar pressões econômicas.

Faz-se mister levantar a verdadeira questão que põe em debate se existe ou não uma pluralidade de motivações para reger o comportamento humano, ou se unicamente o auto-interesse o rege. É óbvio que o homem econômico realiza as suas ações de acordo com os seus interesses, baseado em princípios éticos e morais que aprende e desenvolve, ao longo da vida, a partir de sua inserção social. Também não podemos aqui asseverar que inúmeras transações econômicas normais não entrariam em colapso se o auto-interesse não desempenhasse um papel substancial em nossas escolhas. Mas desta constatação derivar a complexidade das motivações que promovem o agir humano é cometer, como dizem os lógicos, uma petição de princípio. Certamente o egoísmo está lá: 1) quando o bebê suga o leite do peito da mãe; 2) quando a criança diz “é meu”, para um brinquedo que deve ser manejado por um pequeno grupo escolar; 3) quando o adolescente diz “sou eu”, negando qualquer regra que permita o funcionamento da comunidade familiar da qual faz parte; 4) quando o jovem diz “sou somente eu”, na aposta que faz de uma vida dedicada exclusivamente à busca do prazer; 5) quando o adulto, economicamente ativo, age com a compulsão que afirma ser sempre insuficiente os recursos que dispõe para garantir a vida etc. Descrevendo, encontramos o egoísmo como uma das expressões da conduta humana.

Mas, evidentemente o homem não é só e exclusivamente isso. Maternidade, solidariedade e amizade entre as crianças, agrupamento entre os adolescentes, projetos conjuntos entre os jovens, associações entre os adultos o demonstram. Somos capazes de conceber e de estabelecer um convívio com e pelo outro. Sabemos de sua importância na nossa constituição. Em certo sentido, porque existe o outro, eu posso me identificar e me reconhecer. No mínimo, a existência do outro exige de mim reciprocidade.

REFERÊNCIAS

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.

SEN, Amartya. *Ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

³De fato, o predomínio do comportamento, baseado em regras no Japão, pode ser visto não só nos assuntos econômicos, mas também em outras esferas da conduta social, como por exemplo, a raridade com que se joga lixo nas ruas, a pouca frequência de litígios, um número incomumente pequeno de advogados e baixo índice de criminalidade em comparação aos países do mesmo nível de riqueza.